

Francisco Dias

J. Monteiro
J. Monteiro

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº 48

Aos vinte e oito dias do mês de Junho do ano de mil novecentos e oitenta e oito, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na primeira reunião ordinária do mês de Junho, sob a presidência do Presidente Francisco Fernando da Encarnação Dias, Secretariado pelos Vogais António dos Santos Costa e Joaquim Luís Monteiro Mendes Gomes, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários eleitos e com a presença dos Vogais Albertino Moreira de Oliveira, José Luís Rebocho de Albuquerque Christo, Isidro Ferreira de Oliveira Fernandes, Maria Josefa Pimentel Martins Cipriano, Elias de Oliveira Vieira, António Ferreira da Silva, Joaquim Arnaldo da Silva Mendonça José Fernando da Silva Caldeira Bettencourt, Carlos Alberto da Silva Jerónimo, Fernando Augusto de Oliveira, Manuel Tavares Duarte, Fernando Tavares Marques, Porfírio Vieira de Carvalho e Silva, Manuel Branco Pontes e Artur José Lopes Lobo.

Pelas 21,00 horas o Presidente declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, José Carlos da Silva Neves, ✓ Jorge Manuel do Nascimento, ✓ Carlos Vicente Ferreira, ✓ Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, ✓ Fernando dos Santos Manata, ✓ António José Valente, ✓ Manuel Simões Madail, ✓ Manuel Rodrigues Simões, ✓ Manuel Gaspar Fernandes, ✓ Armando Manuel Dinis Vieira, ✓ António Norberto da Silva Correia, ✓ Amândio Ferreira Canha Júnior, ✓ Libério da Silva Santos ✓ e João Nogueira Leite. ✓

Imediatamente a seguir, o Presidente deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos Vogais, Albertino Moreira de Oliveira, Carlos Candal, Maria Antónia Pinho e Melo, António Rocha Dias de Andrade, Jorge Manuel do Nascimento, Fernando dos Santos Manata e Joaquim Arnaldo Mendonça, que foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas.

F. Silva
M. 2.

Ainda no uso da palavra, deu nota da comunicação do pedido de suspensão de mandato por noventa dias, apresentado pela Vogal Maria Antónia Pinho e Melo, a qual irá ser substituída nas funções de membro da Assembleia Municipal, pelo cidadão inscrito imediatamente a seguir na ordem da lista apresentada a sufrágio pelo Partido Social Democrático, Snr. Joaquim Nogueira Leite.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Tomando a palavra o Vogal António Ferreira da Silva, começou por referir três aspectos relacionados: o primeiro, com a necessidade de dotar algumas Escolas do concelho, com algumas estruturas que considera básicas; tais como bancos de jardim e principalmente arborização dos recreios, dado que várias vezes tem alertado para esta situação, a qual aliás já foi assumida também pelo Município com a promessa de fazer distribuir no dia da Árvore, pelas várias Escolas, determinada quantidade de árvores para o efeito, visando atenuar tanto quanto possível a desertificação que se constata na maioria dos recintos Escolares, nomeadamente na Primária de Vilar, onde aquele Vogal exerce o seu magistério.

Prosseguindo na sua intervenção, salientou o facto de não ter sido contemplada no Orçamento do ano em curso uma verba destinada a aquisição de material didáctico; o que reputa de má política por parte do Município no âmbito da Educação, dado que e cada vez mais as Escolas têm que sentir também o apoio dos órgãos autárquicos neste capítulo. A concluir formulou votos para que o Orçamento para o ano de 89, contemple estes aspectos.

Outro aspecto focado prende-se com a fraca fluidez de trânsito no cruzamento do "Pingo Doce", dada a estreiteza da via que é prejudicada por um pseudo-passeio, tanto no sentido de S. Bernardo-Aveiro - quem pretende virar para o Porto, bem como no sentido da Passagem Superior da Av. 25 de Abril - quem pretende virar para o lado da Figueira da Foz. Sugerindo ao Executivo que, com a eliminação dos pseudo passeios, o problema ficaria solucionado substancialmente.

Por fim sugeriu também o reactivar dos repuchos de água que em tempos existiram na zona da Ponte Praça, tendo em vista que tal arranjo valoriza sobremaneira um local tão importante.

F. ...
... 3.

da cidade.

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Rogério Leitão.

Usou seguidamente da palavra o Vogal Carlos Jerónimo, para suscitar a questão relativa ao dossier "Escola de Oliveirinha", que foi prometido entregar a esta Assembleia e que até ao momento não consta que tenha sido entregue. Quis saber se a entrega do mesmo demorará, dado que considera ter passado já um lapso de tempo razoável para a feitura do mesmo; advertindo seguidamente que não deixará passar o problema em claro e que o mesmo será debatido com conhecimento de causa por todas as bancadas aqui representadas nesta Assembleia.

Reportando-se seguidamente a uma declaração do Snr. Presidente da Câmara e que se refere à não inserção de qualquer obra no concelho de Aveiro no P.I.D.A.C., manifestou o desejo de obter informações mais concretas e precisas, relativas a este assunto, nomeadamente no que se refere a várias obras importantes que se esperaria viessem a ser consignadas ao Plano do P.I.D.A.C., mas particularmente no que se refere ao Pavilhão do Clube dos Galitos e aqui particularmente também, disse desejar saber até que data deveria ter sido apresentado o projecto do Pavilhão do Clube dos Galitos, tendo em vista o mesmo ser enquadrado no Plano do P.I.D.A.C.

Seguidamente manifestou o desejo de ser informado relativamente à previsão do funcionamento dos semáforos da Av. Peixinho, tendo em vista, eliminar o caos de circulação automóvel que actualmente se verifica no local. Prosseguindo quis saber também qual a posição tomada pelo Executivo, relativamente a uma polémica vinda para as páginas dos jornais à cerca de uma menor falta de atenção do Executivo, para com o Conselho Municipal.

Prosseguindo disse esperar que o Vogal José Luís Christo, use da palavra para intervir no âmbito da polémica gerada em torno dos Acessos ao Porto de Aveiro, caso não o faça pediria à Mesa para voltar a intervir neste aspecto.

Ainda no uso da palavra e a propósito de uma reunião havida e relativa à "Urbanização do Cojo" e que foi convocada pela Câmara Municipal, segundo se diz na carta, por indicação do Snr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e na qual não estiveram presentes a maioria dos membros de todas as forças políticas que integram a Assembleia Municipal, o que de alguma forma parece con-

Thim
6 4.
ma

flituar com o que préviamente tinha sido decidido nesta Assembleia anteriormente, dado ter-se acordado que o mesmo seria analisado numa sessão específica para o efeito. Efectivamente não foi isso que se passou referiu, no entanto considera o problema demasiado transcendente para que sem um conhecimento prévio do mesmo, corre-se o risco de se emitir opiniões pessoais, o que não aconteceria, caso se tivesse realizado uma Assembleia Municipal, para debater o problema e na qual estivesse presente a maioria dos seus membros.

Enfim transmitiram-se algumas opiniões sobre como deveria ser reformulado esse projecto - é evidente que esse projecto virá aqui a esta Assembleia - no entanto pode ter redundado em pura perda de tempo ter-se feito essa reunião na medida em que poderá haver outros elementos, outras achegas sobre formas de resolução do problema. Em suma referiu ser esta a questão que se coloca à Mesa, para que explique os motivos pelos quais não foi feita uma reunião da Assembleia Municipal, específica para apreciação do assunto.

Usando da palavra e relativamente às questões colocadas pelo Vogal Carlos Jerónimo, o Presidente da Mesa, informou que em conversa casual tida com o referido Vogal, foi-lhe dito nada saber dessa reunião. Aconteceu nesse mesmo dia aquela reunião da "Comissão ad hoc" e tinha sido aqui dito numa outra reunião que o problema do Cojo ia voltar a ser discutido; como aliás vai voltar a ser discutido. Disse ainda ter estado presente, isso sim, numa reunião do Plano Director Municipal, na qual consensualmente se chegou à conclusão que toda a problemática do Cojo teria que ser repensada e que, conseqüentemente viria a esta Assembleia para o problema ser debatido.

Neste momento deu entrada na Sala o Vogal Rocha Andrade.

Seguiu-se no uso da palavra o Vogal José Luís Christo que colocou várias questões, abordando primeiramente aquelas relacionadas com o trânsito citadino, nomeadamente o facto de estar em vias de conclusão o Viaduto da Av. 25 de Abril, e se estão previstas obras de acesso à zonas envolventes do referido viaduto.

Seguidamente e ainda relacionado com trânsito sugeriu que a prioridade na Ponte Praça, seja invertida através de sinalização, dado que entende que tal medida tornaria mais desafogado o trânsito na referida zona.

Thur
Vh.
L. guis

Prosseguindo na sua intervenção e no âmbito das manifestações de tristeza e alegria, disse atribuir a de tristeza ao mau tempo que se tem feito sentir e a influência negativa que esse mau tempo causa na região de Aveiro a uma actividade milenária - a salicultura.

Informações que disse possuir, é que se a intempérie se prolongar, resultará prejuízos para milhares de pessoas que trabalham e labutam no salgado Aveirense. Sem uma antevisão do volume final da produção e do preço pela qual a produção possa ser vendida - muitos milhares de pessoas poderão cair na miséria. Referiu que em situações idênticas e de acordo com a legislação existente, o Governo, já declarou o estado de calamidade e nessa óptica o Município deve desenvolver acções tendentes a alertar o Governo Civil ou a própria Administração Central, para que encetem medidas que visem minorar as dificuldades económicas dos agregados familiares afectados.

Relativamente à manifestação de alegria, referiu-se concretamente ao desporto e está relacionada com a recente subida do BEIRA-MAR ao escalão maior do Futebol Nacional. Mesmo aqueles que não gostam de futebol, presume aquele Vogal, que os mesmos se deverão mostrar satisfeitos pelo facto de a cidade de Aveiro ter ascendido com um dos seus Clubes ao escalão máximo do Futebol. Seguidamente manifestou aqui nesta Assembleia a sua alegria pessoal pelo evento e deixou a sugestão a toda a Assembleia Municipal bem como ao seu Presidente, para que enderecem felicitações ao BEIRA-MAR.

Finalmente e no âmbito da problemática dos acessos ao Porto de Aveiro, questão que motivou o seu pedido de intervenção e que disse estar relacionada com a "Comissão ad hoc", referiu o seguinte: - "Em relação a essa Comissão, para os acessos ao Porto de Aveiro, queria lembrar o que é que se passou, para que não haja mal entendidos que possam levar a que as pessoas fiquem melindradas umas com as outras - o problema começou por várias interpelações ao Snr. Presidente da Câmara, feitas aqui nas Assembleias Municipais. O Snr. Presidente da Câmara prometeu e neste caso cumpriu, mostrar a quem quisesse numa sessão privada os projectos da J.A.E., relacionados com os Acessos ao Porto de Aveiro. Essa reunião foi uma reunião informal. Não foi uma reunião oficial da A. Municipal de Aveiro; e nessa reunião informal onde se debateram os prós e os contras dos vários traça-

Handwritten signatures and initials at the top right of the page.

dos hipotéticos, conhecidos, por sugestão do meu ilustre colega e amigo Dr. Carlos Candal, foi criada uma Comissão, que é mesmo uma Comissão ad hoc - chamem-lhe o que quiserem, uma Comissão que o próprio Dr. Candal teve dificuldades em denominar, enfim uma Comissão para promover a discussão da problemática dos acessos ao Porto de Aveiro. E por mal dos meus pecados fui indicado coordenador dessa Comissão, que imediatamente começou por ter ^{como} elementos da mesma, pessoas que estavam ali presentes e que estavam ligadas às várias forças políticas; mas sempre com a ideia de que essa Comissão pudesse ser alargada a outras pessoas - pessoas por si próprias e não porque representariam órgãos, mas pessoas que politicamente fossem responsáveis e interessadas na resolução do problema.

Depois de constituída essa Comissão o primeiro trabalho realizado por dois dos elementos dessa Comissão, eu e o Dr. Humberto Rocha, foi o de obtermos uma planta da zona de Aveiro e Ílhavo e desenhar nela o traçado pormenorizado daquilo que se entendia ser a solução alternativa a Norte. Esse primeiro desenho foi feito por um técnico da Câmara Municipal de Ílhavo, a pedido do Dr. Humberto Rocha e para além da tal espinha dorsal da ideia inicial, isto é da passagem no concelho de Ílhavo, através de uma ponte da Ilha de Sama; passagem directamente pelo Porto de Aveiro, passagem pela zona da futura Lota, viria a ter ligação ao chamado Nó da Barra, nó este que é da 109-7, e num outro ponto da 109-7 iria ter um outro nó de acesso a uma estrada que já existe, mas que poderia ser melhorada, que é a estrada da mata para Sul. Esse primeiro desenho veio às minhas mãos e com as facilidades que me foram concedidas quer pela A.M., quer pela Câmara Municipal de Aveiro, no Gabinete de Urbanização da C.M. de Aveiro foi feita a restante parte do desenho, isto é foi feito o desenho do traçado da zona do Concelho de Aveiro, desde a Ilha de Sama até ao nó de Esgueira e foi desenhado o eventual nó que se proporia a Norte da actual Lota, de inserção também da Via rápida I.P.5. à 109-7; com um pontão em vez de estragar o Canal das Pirâmides; pontão este que se imagina possa ser realizado, mesmo por cima das eclusas - isto é melhorando inclusivamente o aspecto que hoje tem a zona do Canal de S. Roque, onde estão as eclusas. Terminado este desenho, era necessário reunir as tais pessoas componentes do grupo ad hoc e outras que pelas responsabilidades

Frans
W.
7.

políticas que tinham e pelo interesse que reconhecidamente se sabe que têm quanto a uma solução correcta deste problema, poderiam vir discutir o desenho e dar sugestões quanto ao modo como se deveria actuar. Ora infelizmente e por culpa minha, fui muito infeliz na redacção de uma convocatória, que não era convocatória, era um convite, era um pedido, para nos reunirmos, nós os que já fazíamos desde início parte da tal Comissão ad hoc e outras pessoas ligadas às duas Autarquias, concelhias e às Autarquias, freguesias, interessadas na resolução do problema. Isto causou melindres justificados de algumas pessoas e melindres que resultaram também do facto do noticiário da Comunicação Social, não ter sido correcto - o noticiário da Comunicação Social, dava a impressão de que tinha sido uma deliberação da Assembleia Municipal a criar uma Comissão, da qual fariam parte elementos de outra Autarquia. Ora a A. Municipal de Aveiro, não tem competência nem capacidade para formar uma Comissão da qual façam parte por exemplo o Snr. Presidente da C.M. de Ílhavo. Houve um mal entendido que resultou não apenas de alguns erros de noticiário da Comunicação Social, como houve talvez melindres que resultaram de uma errada e por minha culpa redacção da tal convocatória que era um convite. De qualquer forma a tal reunião fez-se, não terão aparecido todas as pessoas que eu gostaria estivessem presentes, mas mesmo assim, apareceram em quantidade suficiente e com interesse e conhecimento para se discutirem as três alternativas que acabaram por aparecer em discussão. Quais alternativas? - a alternativa que está a ser sugerida pelo Governo Central, que é com o trajecto que todos nós conhecemos, mesmo encostado ao Canal de S. Roque, com a travessia do Canal das Pirâmides com o nó imediatamente a seguir ao Canal das Pirâmides, paralelamente à actual estrada 109-7, desde o Canal das Pirâmides até à Ponte da Gafanha, isto é, o actual projecto do Governo prevê, para além da Ponte que lá existe mais duas Pontes e que segue depois a Via Férrea para Norte, passando pela zona do Porto Bacalhoeiro num ou noutro local, qualquer um deles considerado mau pelas pessoas ligadas à Gafanha e Ílhavo e com a Via Rápida a ter uma ligação ao Porto de Aveiro pelo nó da Barra, esta é uma das alternativas, que é aquela contra a qual muita gente se tem manifestado, entre eles e desde a primeira hora eu próprio.

Thur...
[Handwritten signature]

A outra alternativa foi aquela que foi sugerida pela Comissão, que apesar dos contras que alguns apresentam de ter um impacto desfavorável na zona lagunar, pareceu pelo menos às pessoas que ali se reuniram, que qualquer outra alternativa teria um impacto muito pior; seria pior mesmo aquele que passa perto de Aveiro, como teria um pior impacto uma outra alternativa que aliás já tinha sido estudada pela Junta Autónoma das Estradas, que é a alternativa em que a I.P.5, passaria na zona de Verde-milho, atravessaria a Ria a Sul da Universidade, passaria para o lado de lá da zona da Gafanha, na zona onde está a Colónia Agrícola e seguiria em frente até uma certa zona e viraria à direita para ir para o Porto de Aveiro, só para o traçado Rodoviário. Como é que aparece esta alternativa? - esta alternativa aparece porque casualmente no mesmo dia em que se fez a reunião da tal Comissão ad hoc, tinha havido aqui uma reunião dos técnicos do Gabinete do Plano Director e os Técnicos deste gabinete que a meu ver (isto é uma opinião pessoal) sem pensarem nos problemas de Ílhavo e apenas pensando a meu ver noutros problemas Rodoviários que existirão ou existem no concelho de Aveiro e que estão ligados com a I.P.5, que é como por exemplo o problema da variante à variante, sugeriram esse trajecto a meu ver sugeriram-no por sua alta recreação, suponho que teremos que afastar a ideia que surgiu na mente de alguns que esse trajecto tinha sido sugerido pela Câmara Municipal de Aveiro, isto é teria sido encomendado pela Câmara Municipal de Aveiro; suponho que não é verdade e suponho que isto deve ser afastado que é para não criar quezílias tolas que poderão existir, porque devemos todos a meu ver dar as mãos e esforçar-mo-nos em conjunto, sem quezílias para encontrarmos a solução que for mais adequada".

Neste momento o Presidente da Mesa chamou atenção para o Vogal no uso da palavra, para ser o mais breve possível na sua intervenção. Tendo este respondido que estava a terminar.

Prosseguindo a sua intervenção disse terem sido apenas sugeridas umas ligeiras rectificações ao desenho apresentado, dado que o mesmo apresenta na zona do Esteiro do Oudinot, um trajecto recto. Referiu também o facto de ter sido já aprovado pelas entidades que superintendem no Porto de Aveiro, um

Manuel Arede de Jesus

trajecto curvo. Por outro lado o trajecto que tinha sido sugerido perto do Canal de Sama, com algumas curvas a acompanhar o esteiro de Sama, poderia ser aproveitado sob o ponto de vista eventualmente turístico, mas houve quem sugerisse que a maioria das opiniões das pessoas que estavam presentes tinham a sensibilidade de o trajecto ser ligeiramente mais direito para obstar que viesse a ser reprovado pelas curvas.

No que se refere à fase actual do problema disse aguardar que a Câmara Municipal através dos seus técnicos lhe forneça os desenhos dos traçados propostos. A concluir disse ainda pensar em nome da Comissão ad hoc, para o Porto de Aveiro, accionar uma reunião o mais rapidamente possível e o mais alargada possível tendo em vista a apreciação do desenho definitivo e a inventariação dos prós e dos contras de cada uma das soluções. Reputou também de grande importância a sugestão de modos de actualização não só perante as entidades administrativas locais que têm interesse na definição dos melhores trajectos em direcção ao Porto de Aveiro, como também junto dos Órgãos da Administração Central, para que aí, onde tudo se decidirá, se não decida contra os interesses, não apenas dos habitantes de Aveiro e de Ílhavo actuais como futuros.

Neste momento deu entrada na Sala o Vogal Manuel Arede de Jesus.

Ainda no âmbito dos acessos ao Porto de Aveiro, usou novamente da palavra o Vogal Carlos Jerónimo, que disse pensar que o Vogal José Luís Christo, não terá sido tão longe nas afirmações que poderia fazer acerca deste problema, pelo facto de fazer parte de um partido que simultaneamente está na Câmara. - "vou obviamente repetir aqui afirmações que o Dr. Carlos Candal, com aquela forma de intervir sempre muito viva fez à tempos - mas na minha opinião a Câmara de Aveiro está claramente; ou não está claramente empenhada em lutar contra essa solução. E quando o Dr. José Luís Christo, à pouco fez referências à solução Sul, que teria sido apresentada de improviso pelo P. D. M., e era isto que justificava a minha intervenção; queria lembrar que no dia 29 de Março nesta Assembleia Municipal a propósito da insistência que eu fiz pelos esclarecimentos da tal reunião secreta, havida no Governo Civil, o Snr. Dr. Girão, disse que não tinha

Thim
M.
10.

sido apresentada alternativa por ninguém, o que o Dr. Humberto Rocha, diz que não corresponde à verdade, porque eles apresentaram a alternativa Norte, e que a única alternativa tinha sido apresentada pela Câmara de Aveiro, uma alternativa a Sul, a partir do Nó de Azurva e dirigindo-se à Colónia Agrícola que contornaria, ou seja o que naquela reunião da Comissão ad hoc, se passou, foi que o P.D.M., foi apresentar uma solução que é da Câmara; portanto já no dia 29 de Março ou por outra, na tal reunião que foi muito antes do dia 29 de Março a Câmara de Aveiro levou a solução Sul, que depois apresentou ali outra vez na Comissão ad hoc e que segundo a Comissão ad hoc, chegou à conclusão ser melhor pôr de lado, porque só dificultava o objectivo principal, que é evitar que a solução J.A.E., vá para a frente; esse esclarecimento penso que era importante e sobre ele aliás gostaria que o Snr. Eng^o Vitor Silva dissesse alguma coisa".

Seguiu-se no uso da palavra o Vereador Vitor Silva, que começou por responder às questões levantadas, nomeadamente respeitante às Escolas, reconhecendo as carências que se fazem sentir no que respeita a bancos e árvores nos recreios das Escolas, disse ter-se iniciado já um trabalho tendente a eliminar essas carências pensando-se ao mesmo tempo que esse trabalho deve ser acompanhado paralelamente pelos professores e directores das Escolas. Admitiu também não ser talvez esta a melhor altura do ano para proceder ao seu plantio, no entanto tomou nota destas carências para posteriormente dar instruções ao Encarregado de Jardins, para que na altura própria se encarregue desta tarefa. No que se refere à verba para material escolar, informou que foi feita já uma proposta no sentido de ser entregue à Direcção Escolar uma verba para esse efeito.

Concretamente no que respeita ao alargamento da via junto aos semáforos junto ao "Pingo Doce", tendo em vista um melhor escoamento do trânsito, disse que o problema já foi posto ao Encarregado - acrescentou que a solução é viável e fácil de executar, simplesmente é uma questão de oportunidade que a todo o momento será resolvida.

No âmbito das questões levantadas pelo Vogal Carlos Jerónimo, nomeadamente quanto ao "dossier" da Escola de Oliveirinha, referiu estar em fase de ultimização e que brevemente será entregue à Assembleia.

Thuray 11. *plu*

Relativamente à questão das obras em P.I.D.A.C. para o ano de 1989, a Câmara recebeu o dossier do PIDAC e curiosamente chegou-se à conclusão que Aveiro, não foi contemplada com qualquer obra. Houve algumas candidaturas atempadas nomeadamente o Pavilhão do Clube dos Galitos e Pavilhão do S. Bernardo e surpreendentemente não vieram contempladas.

Referiu também que a Câmara tinha informação embora sem qualquer compromisso, de que eventualmente na revisão do P.I.D.A.C., poderão as mesmas ser incluídas.

No que se refere ao funcionamento dos semáforos, disse pretender pô-los a funcionar todos em simultâneo, dado que existe uma interligação entre os mesmos e só não o fez ainda porque os pavimentos não se encontram pintados para o ordenamento de trânsito e as condições climatéricas também não têm ajudado muito à resolução do problema, no entanto disse que irá desenvolver acções tendo em vista o seu rápido funcionamento.

Referiu-se seguidamente à problemática relacionada com os acessos ao 3º Porto de Aveiro e esclareceu que a Câmara de Aveiro apresentou uma proposta dos técnicos do P.D.M., e isto na ausência de qualquer outra proposta.

Terminado o período de antes da ordem do dia, passou-se à discussão e votação da ordem de trabalhos:

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO Nº 1 - APROVAÇÃO DAS ACTAS Nºs 38; 39;
40 e 41.

No uso da palavra o Presidente submeteu à votação as seguintes actas:

ACTA Nº 38 - Aprovada por unanimidade;

ACTA Nº 39 - Acta correspondente ao dia vinte e seis do mês de Janeiro, cuja reunião não se efectuou por falta de "quorum";

ACTA Nº 40 - Aprovada por unanimidade;

Handwritten signatures and initials in blue ink.

ACTA Nº 41 - Por consenso ficou para ser aprovada na próxima reunião.

Imediatamente a seguir o Vereador Engº Victor Silva, usou da palavra para dar um esclarecimento relacionado com a ausência do Snr. Presidente da Câmara. Informando que o mesmo foi convidado pelo Embaixador de S. Tomé, para estar presente naquele País, juntamente com as Câmaras de Cabo Verde, Guiné-Bissau, bem como Municípios do nosso País, tendo em vista a futura geminação de cidades Portuguesas com algumas comunidades de países de expressão Portuguesa, nomeadamente de S. Tomé, Guiné- Bissau e Cabo Verde e também um pouco na óptica da preparação da visita do nosso Primeiro-Ministro a S. Tomé, onde estarão presentes essas mesmas Câmaras.

PONTO Nº 2 - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE MUNICÍPIOS COM CENTRO HISTÓRICO - ESTATUTOS.

Deliberação de Câmara de 27.04.88- "ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE MUNICÍPIOS COM CENTRO HISTÓRICO": - Presente e apreciado um ofício enviado pela Associação de Cultura Património XXI, a comunicar que aquela Associação, apoiada pelas Câmaras Municipais de Lamego e Trancoso, está a promover a criação de uma Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico, a qual terá a sua sede em Lamego, pelo que solicita, para o efeito, a aderência deste Município, para o que enviam o texto dos respectivos Estatutos, a fim de o mesmo ser apreciado. Após troca de impressões, foi deliberado, por unanimidade, aderir e submeter o assunto à consideração da Assembleia Municipal".

Usou da palavra o Vogal Carlos Jerónimo, que começou por referir que à partida é favorável a todo o tipo de associativismo, que tenha como objectivo estreitar as relações entre Municípios e populações e especialmente quando têm objectivos tão válidos quanto parece vir a ter esta Associação. Prosse-

Thurley
M
13.
13.

guindo referiu que como aveirense, interroga-se sob o aspecto de saber se aqui em Aveiro existe de facto um Centro Histórico que valide a aderência de Aveiro a esta Associação. É natural que o Município ao ter discutido o problema e ao ter assumido essa posição deve ter tido este aspecto em linha de conta, no entanto disse subsistirem algumas dúvidas sobre esta questão, dado que disse - não ver em Aveiro ao contrário de muitas outras cidades do País, em que isso é perfeitamente claro, onde é que exista um Centro Histórico.

Dado que e como referem os Estatutos, essa é condição fundamental para a adesão. A terminar manifestou o desejo de ser esclarecido sob este aspecto.

Seguiu-se no uso da palavra o Vogal Rogério Leitão que referiu também ser a favor das associações; no entanto há um aspecto que o preocupa e que disse tratar-se da criação exagerada e desordenada de Associações e neste caso concreto sem querer contrariar enfim a decisão que o Município já terá tomado sobre o assunto, expressou as suas reservas pela criação de uma associação que disse não saber se de facto terá alguma justificação plena ou se será mais uma associação a complicar as coisas que são necessárias, pois o problema do Centro Histórico como referiu o Vogal Carlos Jerónimo - suscita dúvidas quanto à necessidade da sua existência. Entende no entanto que com ou sem Centro Histórico, há determinadas referências no nosso Património Cultural, que merecem a nossa atenção; contudo disse não saber se será esta a forma adequada de lhes prestar atenção, dado que entende que com associação ou sem associação estes problemas Culturais, Históricos das cidades tem que ser resolvidos.

Usou novamente da palavra o Vereador Engº Victor Silva, para explicar os motivos pelos quais a Câmara de Aveiro aparece nesta associação, nomeadamente o facto da existência dos Gabinetes Técnicos Locais (G.T.L.). Aveiro tem uma zona que é considerada a zona antiga da cidade (Beira-Mar) - toda esta zona está pois integrada no Centro Histórico de Aveiro e que urge recuperar. Dado que existem linhas de crédito para recuperar a traça inicial de toda essa zona e dado também pensar o Município que pela via da Associação as Câmaras Municipais, terão maior força para reivindicar as verbas necessárias para fazer face a essa recuperação, que se pretende seja feita o mais rápido possível; resulta pois daí

Thierry
14.
14.

a aderência do Município de Aveiro a esta Associação.

Novamente no uso da palavra o Vogal Carlos Jerónimo, disse corroborar a ideia de uma associação com as características agora enunciadas.

Seguiu-se também no uso da palavra o Vogal Rogério Leitão, que depois das considerações que fez e ouvidas que foram as explicações do Vereador Victor Silva, disse chegar-se à conclusão de que se não estivermos nesta Associação, qualquer que seja a justificação de lá estarmos, arriscamo-nos a perder uma oportunidade de desenvolver um aspecto cultural da cidade e perante tal facto referiu que é por demais evidente o interesse que o Município tem em aderir a uma Associação deste género.

Ainda no âmbito da problemática do associativismo usou da palavra o Vogal Rocha Andrade que referiu ter certas reservas contra o excesso de espírito de associativismo e isto pelo facto ^{de} saber que por vezes estas associações não são patrocinadas ingenuamente pelos seus promotores, que por vezes também vêm nestas associações um meio directo de promoção pessoal e um meio bonito e agradável e fácil de fazer Turismo - excesso de espírito associativo em regra não é em benefício das colectividades. Quanto ao Centro Histórico, disse ter uma ideia muito heterodoxa do que é um Centro Histórico - como a história não se faz só de épocas muito recuadas, mas faz-se também de épocas bastante recentes, pensa que tais centros históricos não tem que ser só os centros monumentais, pois há uma confusão de conceitos entre História e Centro Monumental e em Aveiro este último não existe efectivamente, bem como em muitas outras cidades Portuguesas; - os nossos monumentos são à dimensão do nosso país - há alguns bonitos mas enfim, modestos quase todos, em dimensão. No entanto do seu ponto de vista pessoal, Aveiro tem um Centro Histórico, nomeadamente toda aquela zona da BEIRA-MAR, bem como outras zonas da cidade, dado que considera que uma cidade pode ter vários centros históricos pois estes não têm que estar infalivelmente ligados. Aveiro tem um Centro Histórico - é da sua história mais longínqua ou mais recente a BEIRA-MAR; e o grande mal disse - tem sido a sua destruição progressiva sob o ponto de vista architectónico, dado que não tem sido tomadas medidas acertadas visando a sua preservação. Tem Aveiro na sua expressão architectónica e ambiental uma zona a preservar; trata-se sem sombra de dúvida de toda a zona da Beira-Mar.

Thur
15.

Por tal facto admitiu que uma associação deste tipo possa de algum modo exercer um espírito crítico, para que as pessoas não obstante a existência dos G.T.L.'s, não se atrevam a desfazer aquilo que é bom, introduzindo elementos estranhos àquilo que existe e sobretudo os incentive até, a criar um espírito melhor e a recuperar o que existe - e é nesse sentido que disse votar favoravelmente a integração de Aveiro nesta Associação.

Seguidamente usou da palavra o Vogal Joaquim Mendonça, que alertou para o facto de haver todo o interesse em reconstituir uma zona histórica da cidade e da qual se faz ex-libris - trata-se da célebre muralha da cidade e de toda a zona do Convento de S. Domingos, pois este Centro Histórico existiu; mas do qual não temos senão umas reminiscências que nos dizem que era uma muralha. Daí ser um assunto a ter em atenção como Centro Histórico, concluiu.

Imediatamente a seguir o Presidente submeteu à votação o PONTO Nº2 - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE MUNICÍPIOS COM CENTRO HISTÓRICO - ESTATUTOS, tendo este merecido aprovação por vinte votos a favor e uma abstenção.

Seguiu-se uma declaração de voto do Vogal Carlos Jerónimo, do teor que se transcreve: - "abstive-me nesta votação por considerar que esta Associação, que não foi suficientemente defendida a adesão de Aveiro a uma associação que exclusivamente engloba Municípios com Centro Histórico. Defendo intransigentemente que o Património Cultural de Aveiro, seja conservado e se fossem esses os objectivos desta Associação, obviamente votaria favoravelmente - mas não vejo isso consignado nos Estatutos".

PONTO Nº 3 - CÂMARA MUNICIPAL - QUADROS DE
PESSOAL

Deliberação de Câmara de 27.04.88: - "DECRETO-LEI Nº 247/87: - Atendendo a que aquando da publicação dos quadros do pessoal, estruturados por força da acima referida disposição legal, se verificou ter havido lapso na indicação do número de lugares de Capataz e Principal na categoria de operário não qualificado, foi deliberado, por unanimidade, proceder à necessária rectificação do seguinte modo e no respectivo quadro: Capataz - de oito lugares

passa sómente a dois; Principal - de zero unidades passa a seis.

A presente deliberação carece da aprovação da Assembleia Municipal e subsequente publicação no Diário da República, nos termos legais".

Usou da palavra a Chefe de Divisão, D. Rosa Maria, que deu explicações de carácter legal e das razões que motivaram a proposta, posto o que, o Presidente submeteu à discussão o referido ponto. Não tendo suscitado dúvidas submeteu o mesmo à votação, tendo merecido aprovação por unanimidade.

PONTO Nº 4 - I BIENAL INTERNACIONAL DE CERÂMICA
REGULAMENTO.

Este ponto e dada a ausência do Vereador Celso Santos, para prestar eventuais esclarecimentos, passou por consenso para uma próxima reunião, a solicitação do Vogal Carlos Jerónimo.

PONTO Nº 5 - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS (Junta de Freguesia de S. Jacinto).

Deliberação de Câmara de 6.06.88: - "EMPREITADAS-PAVIMENTAÇÃO DE PASSEIOS: - Por proposta do Snr. Presidente e após troca de impressões, foi deliberado, por unanimidade, delegar na Junta de Freguesia de S. Jacinto a pavimentação de passeios e lajetas de betão, concedendo-se para o efeito uma comparticipação no valor de quinhentos mil escudos.

Esta deliberação carece da aprovação da Assembleia Municipal, nos termos legais".

Usou da palavra o Vereador Engº Victor Silva, que deu esclarecimentos sobre os motivos que levam o Município a delegar

Thierry
17:
par

competência na Junta de Freguesia de S. Jacinto.

Seguiu-se também no uso da palavra o Vogal Carlos Jerónimo, para manifestar o seu regozijo pelo facto. No entanto considera que este tipo de iniciativas são ainda muito tímidas por parte do Executivo Municipal, no que se refere à delegação de competência às Juntas de Freguesia. Disse ainda estranhar o facto de os Presidentes de Junta aqui presentes, não venham reivindicando mais delegações de competência - para que as próprias Juntas, possam descentralizadamente levar a cabo todas as obras que as suas Freguesias necessitam.

Imediatamente a seguir o Presidente submeteu à votação o PONTO Nº 5 - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS (Junta de Freguesia de S. Jacinto), tendo este merecido aprovação por unanimidade.

PONTO Nº 6 - EMPREITADAS E FORNECIMENTOS - AJUSTES DIRECTOS.

Deliberação de Câmara de 6.06.88: - "PROJECTO MERECCARTA DO AQUÍFERO DE AVEIRO: - A Câmara tomou conhecimento de uma informação prestada pela co-coordenadora do projeto MERECC, cujo teor aqui se dá como transcrito, em que se apresenta uma proposta para a execução do trabalho em epígrafe, dos hidrogeólogos Dr. Mário Saraiva e Dr. Peixinho, cujos honorários se cifram em dois milhões de escudos, acrescidos de I.V.A. à taxa legal, e demais condições constantes da citada proposta.

Tendo em vista os fundamentos apresentados, em que nomeadamente se refere o facto de recusa de apresentação de proposta por parte do Departamento de Geociências da Universidade de Aveiro, com a recomendação de que os Técnicos acima referidos são os que mais conhecimentos possuem sobre o aquífero de Aveiro, a Câmara deliberou, por unanimidade, aceitar a citada proposta, configurando a respectiva adjudicação como um ajuste directo, nos termos legais.

A presente deliberação carece da aprovação da Assembleia Municipal."

Felício
Victor Silva

No uso da palavra a Chefe de Divisão, D. Rosa Maria, deu explicações de carácter legal, posto o que, o Presidente submeteu à discussão a referida proposta. Após troca de impressões e pedidos de esclarecimentos foi a mesma submetida à votação, tendo merecido aprovação por unanimidade.

PONTO Nº 6 - EMPREITADAS E FORNECIMENTOS - AJUSTES DIRECTOS: - REPOSIÇÃO DE PAVIMENTO NA ZONA DA REDE DE ÁGUAS NA E.N. 230-1, ENTRE EIXO E OLIVEIRINHA AO Km 0,810 a 3,769.

Deliberação de Câmara de 27.06.88: - "SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS - EMPREITADA DE REPOSIÇÃO DE PAVIMENTO NA ZONA DA REDE DE ÁGUAS NA E.N. 230-1, ENTRE EIXO E OLIVEIRINHA: - O Vereador Snr. Engº Victor Silva submeteu à consideração do Executivo a deliberação do Conselho de Administração de dezasseis do mês em curso, que adjudicou a empreitada em epígrafe à Firma Joaquim Alves Sucessores, Lda, como ajuste directo e cuja estimativa global se cifra em cerca de um milhão seiscentos e catorze mil trezentos e dezoito escudos, acrescido de IVA, tendo em vista os fundamentos constantes da já referida deliberação, os quais aqui se dão como transcritos. Após troca de impressões, foi deliberado, por unanimidade, concordar com o atrás exposto e submeter à consideração da Assembleia Municipal nos termos legais".

No uso da palavra o Vereador Victor Silva, expôs as razões que levaram os Serviços Municipalizados a fazer o ajuste directo com a Firma JOAQUIM ALVES SUCESSORES, Lda, conforme deliberação do Conselho de Administração de dezasseis de Junho do ano em curso e que aqui se dá como transcrito e que remete para a consideração da Assembleia Municipal a aprovação da referida proposta, em sequência da deliberação da Câmara Municipal de vinte e sete de Junho do ano em curso.

Após troca de impressões foi a mesma submetida à votação tendo merecido aprovação por unanimidade.

Handwritten signature and initials
19.

PONTO Nº 6- EMPREITADAS E FORNECIMENTOS-AJUSTES
DIRECTOS: - ABASTECIMENTO DE ÁGUA À CIDADE DE
AVEIRO - APROVEITAMENTO DO FURO AC 8

Deliberação de Câmara de 27.06.88: - "SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS - ABASTECIMENTO DE ÁGUA - APROVEITAMENTO DO FURO AC 8 : - Também pelo Vereador Snr. Engº Victor Silva foi apresentada a deliberação do Conselho de Administração de dezasseis do corrente mês, que faz a adjudicação directa de toda a mão de obra necessária à execução da obra em epígrafe, à Firma TECNIDRAGENS, Lda, pela importância global de cerca de dois milhões quatrocentos e dezasseis mil escudos com base nos fundamentos expostos e no teor da já referida deliberação, a Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com a resolução tomada e submeter o assunto à consideração da Assembleia Municipal, nos termos legais".

No uso da palavra o Vereador Victor Silva, expôs as razões que levaram os Serviços Municipalizados a fazer o ajuste directo com a firma Technidragens, Lda, conforme deliberação do Conselho de Administração de dezasseis de Junho do ano em curso e que aqui se dá como transcrita, e que remete para a consideração da Assembleia Municipal, a aprovação da referida proposta em sequência da deliberação da Câmara Municipal de vinte e sete de Junho do ano em curso.

Após breve troca de impressões, foi a mesma submetida à votação, tendo merecido aprovação por vinte votos a favor e uma abstenção.

E não havendo mais nada a tratar o Presidente deu por encerrada a presente reunião.

Eram 24,00 Horas.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que no que for omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, e que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários, nos termos legais.